

Luís Filipe F.R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, DIFEL, 1994, 778p.

Capítulo I

Expansão Portuguesa e Expansão Europeia

— Reflexões em Torno da Génese dos Descobrimentos

Luís Filipe F. R. Thomaz

*Haec ubi dicta, cavum conversa cuspide montem
Impulit in latus; ac venti, velut agmine facto
Qua data porta, ruunt et terras turbine perflant*¹
VERGÍLIO, *ENEIDA*, 1, 81-83.

«SOBRE AS RAZÕES que levaram a Península Ibérica a iniciar no século XV a expansão mundial» — eis o tema em debate no presente colóquio.

Ora a enunciação do próprio tema contém já em si uma afirmação: a de que os povos peninsulares iniciaram no século XV a expansão mundial da Europa. Tal afirmação aparece, à primeira vista, como uma evidência — mas é possível que o não seja... Terão, de facto, os povos ibéricos dado início no século XV à expansão ocidental ou terão, mais modesta e simplesmente, iniciado apenas a sua própria expansão — a que mais tarde se seguiu, de facto, um movimento de expansão europeia mais geral? A questão pode mesmo desdobrar-se, de modo paralelo, no interior da expansão ibérica, uma vez que não há perfeito sincronismo entre a expansão portuguesa e a castelhana, mais tardia — para não falar já da catalã, mais precoce, mas que podemos sem inconveniente deixar de lado, visto desenvolver-se ainda exclusivamente dentro do espaço mediterrânico tradicional. Terão os Portugueses dado início na primeira metade do século de quatrocentos à expansão ibérica ou simplesmente à sua própria expansão — no que a breve trecho foram imitados por Castela e logo pelos demais povos do Ocidente europeu? Esta é a pergunta a que procuraremos dar resposta.

II

Seguida de perto pela castelhana, um pouco mais tarde pela dos demais povos da fachada ocidental da Europa, a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI afigura-se-nos, de facto, a nós que tranquilamente a observamos a meio milénio de distância, como a primeira fase de um fenómeno bem mais lato de expansão ocidental. Para além de um claro escalonamento no tempo e de uma inegável diversidade de objectivos, de métodos e de modelos — que se não devem de ânimo leve ignorar pois constituem outras tantas grandes pequenas diferenças que explicam muitas coisas conferem às várias expansões nacionais indiscutível unidade numerosos traços suficientemente fortes para que se possa, sem violentar os factos, falar de expansão europeia como fenómeno histórico definido.

Tal fenómeno é, sem dúvida, passível de duas abordagens metodológicas contrárias mas não contraditórias. E legítimo partir-se da multiplicidade das expansões nacionais para finalmente se chegar por comparação e síntese à consideração da expansão europeia na sua globalidade — método prudente, empírico e comparativo,

¹ «E ao dizer isto, com a lança virada, impeliu para o lado o cavo monte; e os ventos, como que fazendo pelotão, precipitaram-se por onde lhes foi dada porta, e sopraram sobre as terras em turbilhão.»

mas que corre o risco de apenas encontrar ao fim uma unidade que provavelmente existe já na própria génese do fenómeno. E pode encarar-se este pelo prisma da globalidade, descendo depois, pela análise à determinação das especificidades, diferenças e particularidades de cada caso nacional — mas corre-se então o risco de tomar como um postulado a unidade intrínseca do fenómeno, que não é uma premissa mas uma conclusão a demonstrar. E uma metodologia mais sedutora, mas mais traiçoeira também... De qualquer modo ambos os métodos são, dentro de certos limites, aceitáveis, já que como vias de aproximação ao problema são mais complementares que contraditórios.

O verdadeiro problema situa-se, qualquer que seja o caminho preferido, a um nível mais profundo: saber se a relativa unidade que a expansão europeia aparenta é meramente externa e formal ou autenticamente intrínseca e material — ou, por outras palavras, saber se ela é, a despeito de certos caracteres comuns, um fenómeno essencialmente múltiplo nas suas origens e na sua natureza, se, pelo contrário, um fenómeno substancialmente uno, aqui como além fruto das mesmas raízes e produto das mesmas pulsões, ainda que secundariamente diversificado nas suas manifestações. Aqui não estamos já no plano da metodologia, mas no da própria interpretação do real.

Se se aceita a primeira interpretação, nada impede que se tratem como fenómenos separados as sucessivas expansões nacionais — que entre si não deverão logicamente ter senão relações externas, acidentais, quando muito de original a cópia, jamais de causa a efeito.

Não haverá que buscar as razões da prioridade da expansão portuguesa, nem, inversamente as do retardo das demais — mas para cada uma delas suas causas e, entre si, mais o como que o porquê da transmissão dos modelos.

Se, pelo contrário, se adopta a segunda posição e se considera como um todo orgânico a expansão europeia, a relação entre ela e as várias expansões nacionais passa a ser apenas a de género a espécie; haverá então que buscar-lhe a causa comum, para em seguida determinar e tentar interpretar as diferenças específicas. E dessas diferenças específicas, sem dúvida que a mais perturbante é a precocidade da expansão de Portugal.

Perturbante porque, na lógica da visão da história em profundidade que a escolha desta segunda interpretação parece postular, um movimento de expansão parece dever corresponder naturalmente a um vértice, um auge de crescimento que justifique o transbordar.

O paradoxo está no facto de a vanguarda da expansão europeia partir exactamente de um país que praticamente de nenhum ponto de vista se pode considerar a vanguarda da Europa.

Finisterra do Velho Mundo, até à expansão agora em causa área marginal, arcaizante na língua e na cultura como quase todas as áreas marginais, quase insular, entalada entre a Meseta imensa e o Oceano infinito, sempre fora o último rincão da Península a acolher as inovações — vindas na sua maioria de além-Pirenéus, onde, então como hoje, se situava o centro do espaço cultural europeu.

Do centro, como em todos os espaços culturais, se originavam e se propagavam à periferia a maior parte das mudanças. Portugal fora assim o último canto da Ibéria a resistir às águias de Roma, o último a deixar-se incorporar na monarquia visigótica, o último a receber o rito galo-romano e a escrita carolina, o estilo gótico, os títulos de nobreza e o cômputo dos anos pela era do nascimento de Cristo...

Difícil se torna para épocas recuadas, sobre que não há dados estatísticos disponíveis, comparar o que hoje chamaríamos os índices de desenvolvimento de Portugal com os do resto da Europa. Mas há indícios que parecem significativos. A modéstia, a pequenez e a rudeza das nossas construções — salvo duas ou três, contáveis pelos dedos — são sem dúvida testemunho insofismável da modéstia do viver do rei, dos nobres e do reino. Do rude românico do Noroeste às mansões reais, passando pelos mosteiros e pelas casas senhoriais, tudo fica aquém dos castelos franceses do Loire, dos esplendores de Veneza e Florença ou mesmo dos conjuntos fidalgos de Santillana del Mar, Ubeda, Lerma, Cáceres ou Trujilho. Mais significativo ainda — pois foi aí que na Europa se espelhou o desenvolvimento urbano, por sua vez espelho do comércio, alma da expansão —, as nossas catedrais não passam de modestas capelas à vista das da França ou da vizinha Espanha. Claro que não é lícito extrapolar para a Idade Média as assimetrias e desníveis de desenvolvimento que a Revolução Industrial introduziu; mas já nas páginas dos primeiros viajantes — como a *Peregrinatio Hispanica*, de Frei Cláudio de Bronseval² — a impressão que perpassa é a de um país remoto e pobre onde são numerosas as carências³.

Esta constatação parece querer pôr-nos em guarda contra a tentação de ver entre desenvolvimento e expansão um nexos de causalidade directa ou mesmo uma correlação elevada. Mas então parece seriamente ameaçada a visão da expansão europeia como um fenómeno uno e coerente, decorrente de uma causalidade profunda, comum a toda a Europa Ocidental...

Não caímos, porém, na tentação de enveredar pela explicação oposta: rincão pobre e abandonado, com solos de má qualidade, clima irregular, regímen pluviométrico aleatório, um terreno acidentado, Portugal ter-se-ia lançado na expansão como uma fuga à pobreza⁴. O paralelo com a expansão grega da Antiguidade, a que se tem atribuído idêntica causa, é para mais sedutor... Sedutor, igualmente, o paralelo com a Estremadura espanhola, que sendo uma das regiões mais pobre do país teve na conquista do Novo Mundo um relevante papel. Tal visão não é, por certo, inteiramente falsa — e tem até a vantagem de permitir encarar como um movimento único todo o fenómeno da emigração portuguesa que, no espaço como no tempo, transcende largamente os limites da expansão oficial.

Por certo que a pobreza de muitas regiões alimentou ao longo dos séculos a colonização das ilhas e do Brasil e provavelmente também a expansão no Oriente; o que se põe em dúvida é que tenha sido esse o motor essencial e a causa do arranque da empresa — pois nem o carácter estruturado e estatista do fenómeno nem a ideologia triunfalista que o informa são compatíveis com a atribuição da iniciativa às camadas mais desfavorecidas da população, nem se vê como essas pudessem ter peso político para impô-lo⁵. E como explicar então as outras colonizações europeias,

² Père Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica - Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux en Espagne et au Portugal (1531-1533)*, ed. e trad. por Dom Maur Cocheril, 2 vols., PUF, Paris, 1970.

³ Cf. ainda Jean Aubin «Le Portugal dans l'Europe des années 1500», in *L'humanisme portugais et l'Europe*. Actes du XXIème Colloque International d'Études Humanistes. Tours, 3-13 Juillet 1978. F. Calouste Gulbenkian, Paris. 1984.

⁴ Cf. Orlando Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal — Estudo Crítico*, Imp. Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977; *A Formação de Portugal*, ICALP, Lisboa, 1987; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Sá da Costa, Lisboa. 1ª. ed. 1945, 2: ed. 1963.

⁵ No parecer que em 1432 deu sobre a oportunidade de se fazer guerra aos Mouros em Granada ou em Benamerim o infante D. João anota a ambiguidade do argumento da pobreza do reino: por um lado «poder-se-ia dizer que este proveito, segundo razom se tornaria em manifesta perda, por

mormente as dos países prósperos como a França? Ou terão as diversas expansões nacionais causas radicalmente distintas e opostas?

Do absurdo a que nos conduz o simplismo das duas posições extremas acima enunciadas poderemos concluir que a solução do problema terá necessariamente de estar numa interpretação mais subtil e mais rica em cambiantes.

Há que analisar, pois, um a um, numa enumeração quanto possível exaustiva, todos os factores que se podem invocar como causas justificativas da expansão portuguesa, tentando descortinar ao mesmo tempo em que medida são típica e exclusivamente portuguesas, em que medida comuns também ao resto da Europa Ocidental. Passemos-los em revista, agrupando-os à velha maneira escolástica em quatro rubricas, para maior comodidade da análise e clareza da exposição.

Na primeira incluiremos o desenvolvimento da marinha e do comércio marítimo em Portugal sob a chamada «primeira dinastia», isto é, no período medieval do século XII ao XIV; o legado da civilização árabe, com inventos como a vela latina e todo o seu saber astronómico, transmitido pelos *Libros del Saber de Astronomia* de Afonso, o Sábio de Castela; o feliz encontro nas costas portuguesas entre as técnicas da navegação do Mediterrâneo, desenvolvidas sobretudo por italianos e catalães a navegação por rumo e estima com a bússola e a carta portulano, a toleta de marteioio) com as técnicas de construção naval do Atlântico, bem representadas igualmente na Biscaia; e outros elementos congéneres. Todos esses factores — posse de navios e de pessoal afeito ao mar, técnicas e instrumentos adequados para a navegação de longo curso, repositórios de saber teórico susceptíveis de serem utilizados à medida que o requeressem as necessidades práticas — são sem dúvida relevantes para a explicação do fenómeno⁶. Mas todos são causas instrumentais, necessárias mas não suficientes para a produção do efeito — pois a posse de um instrumento não implica necessariamente a sua utilização. Poderiam, quanto muito, explicar a prioridade portuguesa no seio da expansão europeia — se chegássemos

sermos poucos, proves e mal corregidos»; mas por outro «por sermos pobres nom o devemos deixar de fazer, cá os abastados e contentes clas vidas que tem nom buscam os haveres alheios, mas os que som alleviados das riquezas buscam em si a cárrega delas; cá nom há tam grande fortaleza que nom filhem exemplo que grande cobiça fortes muros rompe» (ANTT, *Livraria*, cod. 1928, fls. 44 v e ss., *inter alia ms*: diversas edições, nomeadamente M. H., Vol. IV, n.º 23, pp. 111 e ss., Coimbra, 1962) Mas, pela mesma época o judeu convertido Alvar García de Santa Maria, cronista de D. João II de Castela, sensível como todos os de sua nação aos problemas económicos, vaticinava: «a esta tomada de Ceuta que tomaron los portogaleses fue muy grande armada e el Reyno es pequeño e con las maneras quel rey lo fizo fue muy dañoso a los moradores del reyno de Portugal. Porque por ocasión desta armada e de mantener a Ceuta heran muy despechados de su rey para esto. Tanto, que le avían por muy grande sentimiento; e muchos dellos le dexaron la tierra e fueron a poblar en outros reynos.» (Crónica de Juan II de Castilla, Cap. 368.) V. Juan de Mata Carriazo «La conquista de Ceuta em la "Crónica de Juan II de Castilla" de Alvar García de Santa María» in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, Vol. 27, Lisboa, 1981, pp. 279 e ss.

⁶ A bibliografia sobre o desenvolvimento da actividade marítima sob a 1.ª dinastia é relativamente abundante; podem ver-se entre outros, Luís Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos*, Atlântida, Coimbra, 1962; Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I (Obras Completas, Vol. XXI), Livros Horizonte, Lisboa, 1975; Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Sá da Costa, Lisboa, 1962, Cap. I e II; António Baião, Herâni Cidade e Manuel Múrias (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. 1, Ática, Lisboa, 1937; e como colecções de documentos: Pedro de Azevedo, «Documentos para a história marítima e comercial de Portugal nos remados de D. Afonso IV a D. Duarte», in *Arquivos de História e Bibliografia*, 1923-1926, Vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1976, e a monumental colectânea de João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses — Documentos para a sua História, publicados e prefaciados por...*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1944-1949 (3 vols. + 2 supl.).

à conclusão de que as demais nações europeias sofriam as mesmas pulsões que Portugal no sentido da expansão, mas quedavam, de momento, impossibilitadas de as concretizar por falta de instrumento adequado.

Nalguns casos é convincente o argumento — é, por exemplo, altamente plausível que tenha fracassado a aventura marítima dos irmãos Vivaldi simplesmente por se servirem de galés, tipo de navio manifestamente inadequado para expedições de longo curso num mar como o Atlântico⁷. Mas para o século XV as mesmas condições estavam reunidas pelo menos também em Castela, e é fortemente duvidoso que o atraso dos outros povos europeus em relação a Portugal se possa explicar simplesmente pela carência de meios técnicos.

Às causas instrumentais igualmente se podem juntar quer a orientação estrutural para o Atlântico do próprio território português, quer a posição, de facto privilegiada da sua costa — pois são também instrumentos naturais, de que se pode ou não fazer uso. E, de facto, quase iguais vantagens oferece o Marrocos atlântico, que nunca, ao longo da sua história, daí tirou qualquer partido. O mesmo se diga de factores políticos estruturais tais como a centralização do poder régio (maior aqui que na maior parte do Ocidente europeu devido à inexistência de feudalismo no sentido estrito do termo), a estabilidade das fronteiras (definitivamente fixadas pelo Tratado de Alcanizes em 1297, e coincidentemente políticas, linguísticas e culturais) ou a precoce consciência colectiva da nacionalidade (já reconhecida como base jurídica do Estado nas Cortes de 1385⁸. É evidente que sem a estabilidade e a coerência que tais factores conferiram a Portugal como formação política, difícil ou impossível teria sido a expansão longínqua, pelo menos nos moldes estatistas em que a conhecemos. Alargando a observação notemos de passagem que as nações que na esteira de Portugal se lançaram na aventura ultramarina correspondem a outras tantas formações políticas dotadas de uma coerência grosso modo idêntica à que Portugal parece ter, de facto, adquirido ligeiramente mais cedo — com exclusão de formações fluidas, desarticuladas ou acéfalas, como o Sacro Império ou a Itália. Mas não menos evidente é que factores políticos de tal natureza — a que tantos paralelos se poderão encontrar na história — não passam de condição prévia, mas não determinante de um fenómeno do tipo do que nos preocupa.

Como objectivos conscientes dos dirigentes responsáveis — portanto como causas finais do movimento — têm-se citado entre outros o desejo de contrabalançar a crescente pressão turca sobre os Balcãs atacando no Índico o mundo muçulmano, o de entrar em contacto com o Preste João, o de remontar até às fontes do ouro do Sudão e assim compensar a «fome monetária» que grassava na Europa, ou, mais modestamente, o de prevenir uma possível conquista castelhana de Marrocos que fecharia, praticamente, o cerco a Portugal. Assaz duvidoso se nos afigura o primeiro dos objectivos citados: pois embora não seja de excluir que o avanço otomano na Europa tenha excitado a alergia ao Islão e agudizado a consciência do perigo muçulmano, um plano estratégico da envergadura do que por exemplo Joaquim Bensaúde⁹ atribui a D. Henrique nem parece compatível com a visão geopolítica que este poderia ter, nem mesmo realista — já que a pressão dos Turcos se exercia de

⁷ Ver, v. g., Pierre Chaunu, *L'expansion européenne du XIIIème au XVème siècle*, Nouvelle Clio, PUF, Paris, 1969.

⁸ Vide Marcello Caetano, *A Crise Nacional de 1383-1385 — Subsídios para o seu Estudo*, Verbo, Lisboa/São Paulo, 1985.

⁹ Vide Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1960; e sua crítica por Magalhães Godinho, op. cit., supra, nota 6.

momento sobretudo sobre os Balcãs, enquanto as portas de saída para o Índico, o Mar Roxo e o Golfo Pérsico só lhes vieram às mãos respectivamente sob Selim I (1512-1520) e Solimão, o Magnífico (1520-1566), quando a política otomana se orientou decididamente para sul, numa época em que os Portugueses andavam já no Índico havia uma vintena de anos¹⁰... E fica aliás por compreender tal hipersensibilidade à ameaça turca exactamente no canto da Europa que lhe era mais remoto. Os restantes objectivos são, pelo contrário, bem reais; retê-los-emos, pois, cónscios de que em diferentes momentos da expansão tiveram um papel determinante. Notemos, contudo, desde já que nos não parecem suficientes para explicar como causa eficiente a expansão portuguesa na sua globalidade, nem a sua eclosão fora do contexto da dos demais povos europeus: primeiro, porque desligados de uma conjuntura socioeconómica ou geoestratégica mais vasta, quase não fazem sentido; segundo, porque são pontuais no espaço e a expansão portuguesa logo adquire uma dimensão geográfica que largamente os ultrapassa; terceiro, porque à excepção do último — que aliás não explica senão as incursões em Marrocos — são em boa medida comuns ao resto da Europa. A ideia de uma aliança com a Etiópia cristã, fora por exemplo, advogada já em 1309 pelo veneziano Marino Sanudo¹¹; Henrique IV de Inglaterra tentara mandar-lhe em 1400 uma embaixada, e tanto o duque de Berry como Afonso V de Aragão se haviam correspondido com o imperador Yetshaq (1414-1429)¹². Quanto ao ouro do Sudão pareciam ser as repúblicas italianas — em especial Génova, que desde fins do século XIII mantinha feitores em Sidjilmeça — as principais interessadas, como seria, aliás, de esperar, visto a monetarização da economia estar aí mais avançada que no resto da Europa¹³. De qualquer modo explicar os factos meramente por causas deste tipo corresponde a uma interpretação superficial e voluntarista da história, possível talvez nos tempos de Heródoto, mas inadmissível hoje em dia...

¹⁰ Sobre a evolução da política turca no Próximo Oriente pode ver-se, *inter alia*, Stanford Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, Vol. I, Cambridge University Press, 1976 (reed. 1978); P. M. Holt, Ann K. S. Lambton e Bernard Lewis (dir.), *The Cambridge History of Islam*, Vol. 1A, Cambridge University Press, 1970 (reed. 1980); Philip K. Hitti, *History of the Arabs, from the Earliest Times to the Present*, 10. ed. Macmillan, Londres, 1970 (reed. 1974).

¹¹ Pode ver-se o texto de Sanudo em J. Bongars, *Gesta Dei per Francos*, Vol. II, Hanover, 1611, o mesmo projecto reaparece em 1317 no opúsculo do dominicano inglês Guilherme Adam, *De Modo Saracenos Extirpandi*, cujo texto se pode ver no *Recueil Des Historiens des Croisades*, série Armenia, Vol. II (ed. de Paris, 1841-1906, reimp. Gregg Press, Farnborough, 1969).

¹² Pode ver-se um excelente capítulo sobre as relações entre a Etiópia e a Europa Ocidental na Idade Média em Jean Doresse, *L'empire du Prête Jean*, Vol. II, *L'Éthiopie Médiévale*, Plon, Paris, 1957. Ver, também, O. G. S. Crawford, *Ethiopian Itineraries, circa 1400-1524*, Hakluyt Society, Londres, 1958. Cf., ainda, Domingos Maurício, «A "Carta do Preste João" das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do infante D. Henrique», in *Brotéria*, 71 (1960), pp. 218-244, *idem*, «Ainda a "Carta do Preste João" das Índias», *ibidem*, 72 (1961), pp. 285-303.

¹³ Vide Vitorino de Magalhães Godinho, *O «Mediterrâneo. Saariano e as Caravanas do Ouro*, separata da *Revista de História*, nº 23-25, S. Paulo, 1955; Cf. Pierre Vilar, *Or et monnaie dans l'histoire*, Paris, 1978; Jacques Heers, *Genès au XVIème siècle - civilisation méditerranéenne, grand capitalisme et capitalisme populaire*, Flammarion, Paris, 1971.

Os factores ideológicos apontados comumente — ideia de cruzada¹⁴, influência do espírito franciscano¹⁵ e da filosofia aristotélica — devem ser encarados essencialmente como *causas formais* de expansão, a quem conferiram a forma que tomou, o carácter que revestiu, a fisionomia sob que se nos apresenta. Para a compreensão da especificidade do caso português pouco adiantam os dois últimos — pois o interesse pelo real, a curiosidade pelo concreto, que a um e outro se prendem, de modo algum são exclusivos da cultura portuguesa.

Pelo contrário, são, na sua essência, muito mais elementos da «grande tradição» cultista, de expressão latina, que percorre o Ocidente inteiro que da «pequena tradição» local, de expressão vernácula, em que eventualmente se poderão achar os traços de uma especificidade cultural no caso vertente relevante. Mais importante é o espírito de cruzada — não na sua versão original, ligada ao internacionalismo da *Respublica Christiana* e virado para a libertação dos Lugares Santos, mas numa versão modificada, alargada quanto ao objecto, que passa a ser, indistintamente todo o Dar al-Islam, o território muçulmano na sua totalidade, mas restringida quanto ao sujeito, porque posta ao serviço da política expansionista de um Estado nacional. Tem sido essa uma das facetas mais discutidas da história portuguesa, suscitando as posições mais opostas, desde elevá-la a razão exclusiva das descobertas e conquistas — que assim se reduziriam a pura diaconia, gratuito e desinteressado serviço dos interesses da religião e do bem comum da Europa — a negar pura e simplesmente a sua existência, a pretexto de que nada de semelhante consta do Evangelho — como se entre a morte de S. João Evangelista e a do infante D. Henrique não mediassem 1350 anos em que houve inúmeras transformações materiais e movimentos de ideias, ou como se a compatibilidade entre o Evangelho e a ideia de guerra santa não fosse um problema normativo, teológico e moral, muito mais que um problema histórico¹⁶. Esquece-se, sobretudo, que o confronto que desde o século VII se dá no Mediterrâneo não é meramente o choque entre duas religiões, mas a rivalidade entre dois blocos políticos, culturais e económicos, organizados cada um em torno de seu credo. E é inegável que é esse credo o fecho de abóbada da sua solidariedade intrínseca. Lutar pela religião não é, pois, lutar por algo de ideal e exterior à sociedade, mas pelo elemento central da sua própria individualidade cultural — logo, pela sua subsistência como entidade colectiva. Esse

¹⁴ Sobre a ideia de Cruzada ver Paul Alphandéry e Alphonse Dupront, *La chrétienté et l'idée de croisade*, 2 vols, *L'Évolution de l'Humanité*, Albin Michel, Paris, 1939, Michel Villey, *La croisade — Essai sur la formation d'une théorie juridique*, L. Vrin, Paris, 1942; Paul Rousset, *Histoire d'une idéologie: La croisade. L'Age d'Homme*, Lausana, 1983; Elizabeth Siberry, *Criticism of Crusading (1095-1274)*, Clarendon Press, Oxford, 1985; Luís Filipe Thomaz, «Cruzada e Anti-Cruzada», in *Communio — Revista Internacional Católica*, ano 11, n.º 6, Lisboa, 1985; Carlos Erdmann, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, Alberto Martins de Carvalho, art. «Cruzada, espírito de», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, s. v., Luís Filipe F. R. Thomaz e Jorge Santos(Alves, «Da Cruzada no Quinto Império», in *A Memória da Nação*, Sá da Costa., Lisboa, 1991, Margarida Barradas de Carvalho, «L'idéologie religieuse de la Crónica dos Feitos da Guiné, de Gomes Eanes de Zurara», in *Bulletin des Brudes Portugaises*, n.º 19, 1955-1956.

¹⁵ Esta ideia foi sobretudo desenvolvida por Jaime Cortesão, op. cit. supra, nota 6. Sobre o franciscanismo pode ver-se, por exemplo, P. Ilídio de Sousa Ribeiro, O.F.M., *Escola Franciscana (História e Filosofia)*, Lisboa, 1943; Joaquim Cerqueira Gonçalves, *Humanismo Medieval*, Braga, 1971, idem, *Homem e Mundo em São Boaventura*, Braga, 1970. Ivan Gobry, *St. François d'Assise et l'esprit franciscain*, col. Maitres Spirituels, Ed. du Seuil, Paris, s. d.; Étienne Gilson, *La philosophie au moyen-âge — des origines patristiques à la fin du XIVème siècle*, Payot, Paris, 1952.

¹⁶ Foi a posição adoptada por António Sérgio e criticada entre outros por Magalhães Godinho, op. cit. supra, nota 6.

espírito de cruzada tinha mais que em qualquer outra parte hipóteses de manter a vitalidade na Península — onde estava ainda incompleta a Reconquista, cuja imagem era na consciência nacional dos estados dela originados elemento relevante. Não deixa de ser curioso notar que ainda em meados do século XVI João de Barros começa as suas *Décadas da Ásia* não pela viagem de Vasco da Gama, como se poderia esperar, mas pela Hégira e pela fundação do Islão, verdadeira origem, a seus olhos, de toda aquela história¹⁷... Ao ideal de guerra santa — brandido sobretudo pelo poder público e seus apologistas, mas de inegável papel polarizador entre os vários estratos da população — poderíamos juntar factores psicológicos mais difusos, actuantes num outro plano, decorrentes da marginalidade de Portugal em relação à cultura europeia. Aqui, como em outras zonas de fronteira e contacto de civilizações — pensemos por exemplo nos Gregos frente aos Turcos —, a exacerbação do antagonismo religioso coexistia de bom grado com uma osmose cultural assaz intensa em todos os domínios que não pareciam abrangidos pela intangibilidade do absoluto intemporal identificado com a religião¹⁸. Daí um certo relativismo pragmático e uma permeabilidade cultural que muito devem ter facilitado os contactos com os outros povos. Mas factores de tal ordem, se *a posteriori* podem, em parte, explicar o êxito da expansão portuguesa em certos campos, não fazem sentido por si sós, nem podem constituir causa eficaz do movimento expansionista.

Resta-nos examinar as *causas materiais*. Neste campo tem sido, e com justeza, observado desde há muito¹⁹ que a expansão portuguesa mergulha as raízes mais profundas num grande movimento de crescimento orgânico do Ocidente europeu — crescimento a um tempo demográfico e económico, de que a chamada «revolução comercial do século XI» representa a consequência mais notável e a face mais visível²⁰. Movimentos de colonização interna, com as grandes arroteias do século XII, tentativas mais ou menos felizes de expansão externa, do «Drang nach Osten» teutónico às Cruzadas do Oriente, passando pelo apoio intensivo à reconquista cristã da Península, incremento da monetarização, génese do capitalismo comercial, desenvolvimento urbano, emergência da burguesia — eis outras tantas facetas da mesma transformação. Portugal participa nela, directamente, pelo seu crescimento interno, indirectamente graças ao incremento do comércio entre o Mediterrâneo, com a Itália setentrional por fulcro económico, e o mar do Norte, com o pólo na Flandres, que, passando pela sua costa e pelos seus portos, os anima, ligando-os, pela comunhão de interesses, às redes marítimas em expansão. A tendência da corte para

¹⁷ João de Barros, *Ásia*, I, i, 1.

¹⁸ O radicalismo dos cruzados do Norte da Europa que pretendiam exterminar os Muçulmanos em vez de os integrar como tributários na sociedade crista, como tradicionalmente se fazia na Península, causou numerosos problemas aos reis peninsulares a quem pretenderam ajudar, a começar por Fernando Magno; o mesmo choque se verifica entre nós na tomada de Lisboa, na de Silves e na de Alcácer do Sal. No século XV a oposição entre as duas mentalidades não se esbatera ainda, e Zurara nota a ingenuidade dos embaixadores de Granada que, para se assegurarem de que a expedição que se preparava não tinha por alvo o seu reino, foram com presentes a D. Filipa de Lencastre, esquecendo que esta «era naturall dHingratera, cuja naçam amtre as do mundo naturalmente desamam todollos imfices» (*Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XXXIV).

¹⁹ Vide, v. 8., Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2^a. ed., Coimbra 1960, Cap. I.

²⁰ Para só citar bibliografia acessível sobre este vasto tema: Robert S. Lopez, *A Revolução Comercial da Idade Média, 950-1350*, Ed. Presença, 2.ª ed., Lisboa, 1986; Carlo M. Cipolla, *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Ed. 70, Lisboa, 1986; Giuliano Conte, *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*, Ed. Presença, 2^a. ed., Lisboa, 1984. Cf., ainda, B. H. Slicher van Bath, *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, Ed. Presença, Lisboa (1984).

se fixar em Lisboa, principal porto do Reino, ilustra bem o crescente peso do litoral na vida do País.²¹

Guardemo-nos, porém, de enveredar por uma espécie de substancialismo histórico que identifique necessariamente predomínio do litoral com predomínio social da burguesia. Sem perdermos de vista a maior complexidade do caso português, pensemos, para afastar tal tentação, em casos extremos mas claros na sua simplicidade: pensemos, por exemplo, nas Molucas do século XV ou XVI, na sua vida económica, cultural e política totalmente dependentes da rede comercial malaia, sem contudo nela desempenharem mais que um papel passivo; ou em ilhas como Malta ou Chipre, cujo destino histórico resulta muito mais das vicissitudes das redes marítimas do Mediterrâneo que da sua própria evolução social interna. Que a burguesia em Portugal não se apropriou do Estado, nem impôs os seus valores, nem mesmo criou uma consciência autónoma de classe, é por demais evidente.²² Exemplo típico o de Fernão Gomes, o mercador de Lisboa que em 1469, por contrato com a Coroa ficou encarregado dos descobrimentos: enriquecido, entra na nobreza, feito cavaleiro de uma ordem militar... Mas voltemos à deslocação do centro de gravidade do Reino e à consolidação das suas relações atlânticas.

As ligações económicas que assim se desenvolvem — e logo adquirem expressão política mediante a aliança à Inglaterra, destinada a perdurar do século XIV aos nossos dias — explicam até em parte, que Portugal tenha escapado à unificação peninsular operada por Castela. Em 1383-1385 foi, de certo modo, o nexo com a rede marítima atlântica que saiu vencedor do nexo com o espaço ibérico — o que é talvez sintoma de que a vitalidade da rede atlântica igualava, se não ultrapassava, a da mediterrânica. Não deixa, com efeito, de ser surpreendente que a Catalunha, de personalidade histórica e individualidade étnica não menores que as de Portugal, e que tão activamente interviera nas redes marítimas do Mediterrâneo, se tenha deixado tranquilamente absorver pela Meseta, volvidos apenas uns três quartos de século²³. Por essa época já a expansão portuguesa se tornara, em boa parte, uma

²¹ O mesmo fenómeno se reflecte no teor dos capítulos apresentados em Cortes pelo braço popular: até grosso modo à época de D. Fernando predominam as reivindicações das comunidades de pequenos proprietários rurais, a partir daí tomam vulto as dos portos e centros urbanos do litoral, que tendem a abafar aquelas: vide José Mattoso, «Perspectivas económicas e sociais das Cortes de 1385», in *Estudos Medievais*, n.º 5-6, 1984-1985.

²² Vide *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV — Jornadas de História Medieval, Actas*, História & Crítica, Lisboa, 1985.

²³ O estudo comparativo da evolução dos vários reinos peninsulares no fim da Idade Média levar-nos-ia demasiado longe. Pondo de lado outros factores (como a osmose dinástica de Aragão e Castela com os Trastâmaras), quer-nos parecer que do ponto de vista de Castela o Mediterrâneo pesava ainda mais que o Atlântico, e por isso a grande maioria da nobreza castelhana preferiu em 1475 D. Isabel, que representava a união com Aragão, a D. Joana, que representava a ligação a Portugal. Do ponto de vista aragonês foram talvez os elevados custos da sua política de expansionismo mediterrânico, levada ao apogeu por Afonso V (1416-1458) que tomaram aconselhável o alargamento da retaguarda de suporte mediante a união com o poderoso reino de Castela, tal como sucedeu a Veneza, que se virou para a conquista da Terra Firme (c. 1400-1500) para poder levantar tropas e cobrar tributos que lhe permitissem sustentar o seu império mediterrânico perante a crescente pressão otomana. A expansão para um mar quase virgem, como era o Atlântico, envolvia sem dúvida muito menores riscos e mais leves custos. Se este raciocínio está certo, compreende-se que a expansão tenha assegurado a Portugal a independência, mas custado a Aragão a independência. Busquem-se elementos para o aprofundamento do estudo comparativo que aqui esboçamos em: José Ángel García de Cortázar, «La época medieval», in *Historia de España Alfaguara*, dir. por Miguel Artola, Alianza Editorial, Madrid, 1973 (reim. 1985); Julio Valdeón, José M. Salrach e Javier Zabalo, «Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)», in *Historia de España*, dir. por Manuel Tuñón

empresa mercantil, ligada como um apêndice às mesmas redes atlânticas a que Portugal desde o século XI se ligara, como que numa extensão no espaço do papel que nelas tradicionalmente desempenhava. Na Idade Média, aproveitando a sua posição privilegiada de único país da faixa mediterrânica, com uma fachada totalmente atlântica, colocara nos mercados do Norte os produtos típicos do Sul mediterrânico: vinhos, azeites, sal, pescado, frutas secas²⁴. Agora, por meio da feitoria da Flandres, revitalizada e transferida de Bruges para Antuérpia, coloca nos mesmos mercados os produtos de um Sul mais remoto e já tropical: goma arábica, pimenta de rabo, malagueta, além do ouro e dos escravos tradicionalmente fornecidos pela rede caravaneira muçulmana.

O nexu entre a expansão portuguesa e o desenvolvimento das redes marítimas da revolução comercial do século XI decorrente, é pois inegável. Resta, porém, apurar a sua natureza: se de causa a efeito ou de teorema a corolário, se mais subtis, se, o que parece menos provável, meramente acidentais. Sem menosprezar os factores precedentemente enumerados, cujo peso relativo procuramos auscultar, aí nos parece, com efeito, estar a chave do problema da génese da expansão portuguesa e das suas relações com a expansão europeia.

IV

Em Portugal foi António Sérgio quem, em 1919, num ensaio célebre — que, conforme pretendia o autor, abriu de facto o caminho para uma «interpretação não romântica» da expansão portuguesa, mas está hoje perfeitamente ultrapassado — esboçou, pela primeira vez, uma resposta no sentido da primeira hipótese: a iniciativa da tomada de Ceuta, tradicionalmente considerada o primeiro passo da expansão, partiu da burguesia²⁵. Isso equivale logicamente a afirmar a relação directa, a unidade profunda entre a expansão portuguesa e a revolução comercial da baixa Idade Média.

As condições políticas e culturais reinantes em Portugal desde o segundo quartel deste século não eram de modo algum favoráveis a tal tipo de interpretação histórica — que assim se veio a tornar objecto de acesa e apaixonante polémica. A história da expansão portuguesa continuava a escrever-se no presente — e as implicações políticas que tal ou tal interpretação acarretava não consentiam ainda, por então, escrevê-la no perfeito, como hoje tentamos fazer. De qualquer modo há que reconhecer que a celeuma que se seguiu, se aduziu para a discussão novos e

de Lara, Vol. IV, Labor, Barcelona, 3.^a ed., 1982; Jean-Paul de Flem, Joseph Pérez, Jean-Marc Pelorson, José M. Lopez Piñero, Janine Fayard, «La Frustración de un Imperio (1476-1714)», ibidem, Vol. V. 1984; Freddy Thiriet, *Histoire de Venise*, col. *Que sais-je ?* PUE, Paris 1969 ; Frederic C. Lane, *Venice : a maritime republic*, John Hopkins University Press, 1973; Charles Dichl, *La République de Venise*, Paris, 1915 (reed. Flammarion, 1985). Não foi apenas Castela que não soube resistir à atracção do Mare Nostrum; a tomada de Ceuta, os planos de intervenção em Granada e outros factos menores mostram claramente que, em parte pelo prestígio e peso da tradição que fazia do Mediterrâneo o centro do Universo, em parte por um desejo mais ou menos consciente de imitar por um lado o vizinho castelhano, por outro as repúblicas italianas, Portugal só lenta e gradualmente se virou para a «expansão barata» no vazio, ou seja para o Atlântico, muito mais acessível, afinal, quer do ponto de vista geográfico, quer do financeiro. C. Jacques Heers, « L'expansion maritime portugaise à la fin du Moyen-Âge : la Méditerranée » in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, T. XXII, 2. série, n. 2, 1986.

²⁴ Para além deste comércio de exportação, já hastas vezes referido e estudado, Luís Adão da Fonseca chamou recentemente a atenção para a importância do transporte de mercadorias a frete, entre o Mediterrâneo e o mar do Norte. Vide do citado autor a «O Porto nas rotas do Mediterrâneo ocidental (vésperas da época moderna)», in *Revista de História*, 3, Porto, 1982; e *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1986).

²⁵ Vide «A conquista de Ceuta», in *Ensaio*, Vol. 1, 3.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980.

numerosos elementos, que haviam até aí passado despercebidos, no seu conjunto lançou sobre a matéria mais confusão do que luz.

A tese de António Sérgio foi retomada, desenvolvida e generalizada pela historiografia de inspiração marxista — já porque era, do ponto de vista do *status quo* cultural uma tese contestatária, já porque casava perfeitamente com a tendência determinista da sua interpretação da história.²⁶

A única maneira de nos darmos conta de quanto haja de verdade nessa tese é procedermos a uma cerrada análise dos factos. Antes de a tentarmos façamos, contudo, uma reflexão prévia.

Sem dúvida que o crescimento orgânico da Europa a partir do século XI lhe conferia predisposições para a expansão. Ora esse crescimento foi, como dissemos, ao mesmo tempo demográfico e económico.

No aspecto demográfico é evidente que um crescimento populacional pode facilmente alimentar um fluxo migratório, logo, um movimento de expansão. Este, porém, só se torna quase necessário quando se atinge o limiar da saturação demográfica — definida, é claro, não em meros termos de densidade mas de relação entre a população e suas necessidades, os recursos disponíveis e o índice de capacidade tecnológica para os explorar. No caso da Europa Ocidental o limiar do superpovoamento estava longe de ser atingido; a prova é que mesmo antes da revolução técnica e industrial do século XVII e seguintes que aumentou enormemente a produtividade agrícola, criando ao mesmo tempo inúmeros postos de trabalho para a mão-de-obra excedentária, a população cresceu ainda muito, e isto sem que muitos países, como a Alemanha e toda a Europa Central, tenham sentido necessidade de se lançarem na aventura ultramarina. A emigração para a América do Norte, por exemplo, decorreu muito mais de problemas político-religiosos que de determinismos demográficos. Aliás as mais precoces das expansões nacionais, como a portuguesa, coincidem com um momento em que a Europa começava a recuperar das perdas da peste negra e de toda a crise do século XV sem contudo ter atingido ainda os níveis do século precedente. Entre crescimento demográfico e expansão parece assim haver uma correlação positiva mas fraca.

No caso português há, tanto quanto se sabe, uma correlação claramente positiva entre a densidade de população e o fornecimento de contingentes humanos à emigração ultramarina, já desde o período que nos ocupa. Orlando Ribeiro e os geógrafos da sua escola mostraram, pelos paralelos etnográficos, que (à excepção do Porto Santo e de Santa Maria, ilhas pequenas que depressa atingiram a saturação e cristalizaram, por assim dizer, na época em que o povoamento, dirigido por D. Henrique, se fazia a partir do Algarve) os arquipélagos atlânticos foram predominantemente povoados a partir do Noroeste litoral, a zona mais densa do Reino²⁷. Um estudo há tempos feito no Funchal sobre os arquivos paroquiais da Sé (que infelizmente só começam em 1539, época em que a Madeira se tornara já mais emissora que receptora de migrantes) confirmou claramente essa suposição²⁸. Mas, se a expansão foi o remédio para um superpovoamento aliás por demonstrar, foi

²⁶ Desta tendência a obra mais notável (a bem dizer a única digna de referência) e a de António Borges Coelho, *Raízes da Expansão Portuguesa*, Prelo, Lisboa, 1964.

²⁷ Vide «Panorama da expansão portuguesa», in *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1962.

²⁸ Vide Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo, «A imigração na Madeira — Paróquia da Sé — 1539-1600», in *História e Sociedade*, n.º 6, Dezembro de 1979.

uma cura pior que o mal, pois na literatura da época, de Sá de Miranda a Manuel Severim de Faria, o que abunda não são as loas à emigração mas as queixas contra o despovoamento: «Não me temo de Castela, donde inda guerra não soa, mas temo-me de Lisboa, que ao cheiro desta canela, o Reino nos despovoa [...]»²⁹

O determinismo demográfico parece pois de excluir. Vejamos o económico. A chamada «revolução comercial» é a face externa de um crescimento económico interno, pois o incremento do volume de trocas corresponde logicamente a um aumento dos excedentes de produção. Este resulta essencialmente de um acréscimo de produtividade decorrente de um aperfeiçoamento técnico ou, em certas circunstâncias, meramente do aumento demográfico, por uma questão de economias de escala. Permitindo igualmente a libertação de mão-de-obra dos sectores directamente produtivos para o sector terciário, tal incremento facilita a formação de uma classe, improdutiva, de mercadores profissionais que assegure a organização e exploração da actividade comercial. Esta, uma vez organizada, leva à progressiva substituição de uma economia fechada, de autoconsumo, por uma economia aberta, de troca — que, em circunstâncias normais e dentro de certos limites, por uma espécie de *feedback* económico, provoca um aumento de produção, por uma razão de economias de escala e graças à possibilidade de especialização de cada região agrícola na sua vocação natural³⁰. E o incremento da produção, com o aumento dos excedentes disponíveis para troca, cria, por sua vez, mercado para os produtos importados³¹. Este foi, nas suas linhas gerais, o mecanismo que presidiu à

²⁹ «Carta a António Pereira, senhor de Basto, quando se partiu para a Corte com a casa toda», in Francisco Sá de Miranda, *Obras Completas*, ed. de M. Rodrigues Lapa, Vol. I, n. 139, p. 81, Sá da Costa, Lisboa, 1937; de Manuel Severim de Faria, vide «Remédios à falta de gente», in *Notícias de Portugal*, Lisboa, 1655.

³⁰ Os economistas da «escola clássica» deram a estre princípio uma importância capital (vide, v. g., Adam Smith, *Riqueza das Nações*, Livro VI, trad. port., Fund. Calouste Gulbenkian, 2 vols., Lisboa, 1981-1983; David Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*, Cap. VII; trad. port., Abril, São Paulo 1982). As restrições que os economistas posteriores têm posto ao optimismo dos clássicos não afectam a validade básica do princípio. O mecanismo é o seguinte: imaginemos que na ilha de Samos, devido a condições naturais favoráveis, a vinha produz 30 almudes de vinho por jeira de terra, mas o olival apenas dá 20 almudes de azeite, enquanto na vizinha ilha de Cós se passa o inverso, isto é, se colhem 20 almudes de vinho mas 30 de azeite por jeira; e imaginemos, para simplificar, que em cada ilha há 2000 jeiras cultivadas, metade com vinha, metade com olival. No seu conjunto a sociedade formada pelas duas ilhas disporá de 50 000 almudes de vinho e outros tantos de azeite. Se o custo do transporte dos géneros cobrir a diferença de preços e entre as duas ilhas se estabelecer uma comunicação regular, permitindo que cada uma se especialize no que melhor produz, se Samos dedicar as suas 2000 jeiras à vinha e Cós as suas ao olival, a produção global elevar-se-á em tal caso a 60 000 almudes de vinho e outros tantos de azeite em vez de 50 000 de cada produto, pelo que a sociedade no seu conjunto beneficiará. E importante ter presente este raciocínio ao estudar a história do comércio ultramarino, sob risco de o não entender. Podem entre as duas sociedades em presença e no interior de cada uma delas os benefícios não ser equitativamente distribuídos; mas isso não impede que de imediato o comércio seja uma vantagem generalizada, isto é., de que ambas as partes beneficiam. Um preconceito muito divulgado, derivado de uma interpretação simplista das teorias marxistas, pretende que no comércio colonial haja *necessariamente* uma parte exploradora e outra explorada; por isso insistimos no princípio da vantagem global, sem o qual nem é possível compreender a revolução comercial da Idade Média nem o sistema de comércio pacífico instalado pelos Portugueses ao longo da costa ocidental africana nos séculos XV e XVI.

³¹ É a célebre *lei dos mercados* de João Baptista Say (1767-1832). Várias crises de superprodução (em especial a grande depressão de 1929-1930) vieram demonstrar que a produção não cria, a curto prazo, automaticamente o mercado, como optimistamente supunha Say (cuja crítica fundamental se deve a Keynes). Isso não impede que, como tendência geral e a longo prazo, o princípio seja válido; o mesmo se passa aliás com outras intuições fundamentais da escola clássica, que se revelaram impróprias para a análise do tempo curto mas valem para o tempo longo. Para a história das

dita revolução comercial, que assim corresponde, como dissemos, a um autêntico crescimento económico interno.

Se o sistema continua em crescimento, os lucros provenientes do comércio tendem a acumular-se. Como neste período, anterior à revolução industrial, são diminutas as possibilidades de os reinvestir na indústria, os lucros tendem, naturalmente, a ser reinvestidos no próprio comércio; e se os mercados tradicionais estão saturados, a tendência é para buscar novos mercados e portanto para a expansão geográfica.³²

Dentro desta é natural uma certa propensão para a dispersão, dentro de certos limites, bem entendido, e isto por três razões: primeiro, porque a saturação dos mercados em produtos usuais aconselha uma diversificação qualitativa, pela introdução de novos géneros de mercadorias; segundo, porque dados os elevados custos do transporte resultantes da fraca tonelagem dos navios, da lentidão das viagens e das frequentes perdas devidas aos naufrágios, pirataria e riscos congéneres, o comércio é sobretudo rendível no caso dos bens preciosos que em pouco volume representem apreciável valor³³; terceiro, porque os produtos de luxo, apresentando em regra reduzida elasticidade na procura, suportam bem as flutuações de preço resultantes das condições apontadas. Daí certa tendência para a expansão a distância em busca de produtos exóticos — cuja raridade é assegurada se o comércio se faz predominantemente entre regiões cultural ou ecologicamente bem diferenciadas.

O crescimento económico da Europa na baixa Idade Média redonda assim numa propensão para a expansão, ou, se quisermos, numa potencialidade expansiva. É tudo quanto se pode afirmar — pois o reinvestimento dos lucros em novas linhas de comércio não é, de modo algum, uma necessidade inelutável. Outras soluções são possíveis: canalização pura e simples dos lucros para o consumo, tantas vezes observada noutros sistemas que por qualquer motivo encerraram a sua fase expansiva — razão por que, em regra, os períodos de apogeu cultural e artístico de tantas civilizações são posteriores à sua fase de crescimento, podendo mesmo coincidir com a de retracção; investimento dos lucros do comércio em propriedade fundiária — de que abundam os exemplos, como em Marrocos, na região de Fez, onde a maior parte das terras de cultura acabou por vir às mãos dos mercadores da cidade; enfim um crescimento interno sem expansão, com reinvestimento dos lucros em manufacturas artesanais, como em certas épocas sucedeu na China. A escolha depende, em boa parte, de factores aleatórios, culturais, psicológicos, políticos ou económicos — mas conjunturais e não estruturais.

No momento em que os descobrimentos portugueses, rasgando-lhe os caminhos, a tornaram possível, a expansão mundial era, talvez, para a burguesia europeia, a melhor solução ou a mais fácil; mas não estamos em crer que fosse a única.

doutrinas económicas vide, v. g., Arthur Taylor, *As Grandes Doutrinas Económicas*, col. Saber, Europa-América, 2. ed., Lisboa, 1962, Henri Denis, *História do Pensamento Económico*, trad. de António Borges Coelho, Livros Horizonte, Lisboa, 1974.

³² John Hicks. *A Theory of Economic History*, Oxford University Press, 1969 (trad. franc.: *Une théorie de l'histoire économique*, Ed. du Seuil, Paris, 1973).

³³ Se o transporte de um quintal de carga de Riga para o porto de Génova custar 1.000 ducados e um quintal de ferro custar em Riga 500 ducados, chegará a Génova ao custo de 1.500 ducados, isto é, sofrerá um aumento de preço de 200 por cento e, provavelmente, não se conseguirá vender: um quintal de ouro que valha 500.000 ducados chegará ao preço de 51.000 ducados, ou seja, sofrerá um aumento de dois por cento. Este pequeno exemplo numérico imaginário (que completa o que demos supra, nota 30) ajuda a compreender por que se desenvolveu, de início, sobretudo o comércio de bens raros, excepto em pequenas distancias.

V

Deixemos de lado a colonização da Madeira e dos Açores que pouco de novo apresenta: podemos considerá-la, simplesmente, o produto do cruzamento dos movimentos de colonização interna, que começam nas grandes arroteias do século XII, com o alargamento da área oceânica usualmente abrangida pelas redes atlânticas em expansão. Um fenómeno que, portanto, se enquadra perfeitamente numa dinâmica ainda medieval — o que de certo modo explica, por exemplo, o arcaísmo das suas instituições senhoriais. Pouco adianta considerar que a Madeira, numa segunda fase, com a cultura do açúcar, apresenta um tipo de economia profundamente comercializada, quase totalmente virada para a exportação, prefigurando as economias coloniais do século XVII e seguintes: é um desenvolvimento posterior, sem significado para o debate que de momento nos ocupa, que é acerca da génese da expansão. Que o quadro institucional ensaiado na Madeira — o sistema de donatarias - tenha sido depois transferido para o Brasil, também não importa de momento: é um caso de transmissão de modelos que ilustra mais a continuidade entre a colonização moderna e as instituições medievais que a novidade daquela.³⁴

Começemos pois a nossa análise pela conquista de Ceuta, tradicionalmente apontada como acto inaugural da expansão.

Começará aí de facto uma nova era? Não se lhe houvesse seguido a 19 anos de distância a passagem do Bojador e por certo que ninguém se lembraria de ver nela mais que uma das várias manifestações do movimento de nutação do equador religioso que era o Mediterrâneo. A ocupação de Trípoli (1143), de Mahadiya (1148-1159) e de Jerba (1284-1335) pelos normandos da Sicília, para não falar já de ataques sem consequências como a cruzada de S. Luís (1270) ou a expedição a Mahadiya em 1390 representam a sua oscilação para sul, como a conquista árabe da Sicília (827) e de Malta (870) e mais tarde as transgressões almorávida (1096), almóhada (1212) e merínida (1340), que por pouco não submergiram Portugal, representam as suas oscilações para norte.

A intervenção ibérica na Barbaria — encarada como o prolongamento natural da reconquista, justificada, para mais, pelo facto de parte de Marrocos ter pertencido aos Visigodos, de quem os reis peninsulares se consideravam sucessores — era já projecto antigo. No acordo feito em Sória, em 1291, entre Sancho IV de Castela e Jaime II de Aragão, delimitavam-se já as áreas de influência, segundo o princípio adoptado na Península de cada um conquistar para sul sem intervir, obliquamente, no que era considerado da conquista do vizinho; a repartição cessa, para oeste em Ceuta, o que parece corresponder, logicamente, a uma reserva tácita para Portugal dos territórios mais a ocidente. E de facto, em 1299, o papa criava, simbolicamente, um bispado em Marrocos, atribuindo o direito da apresentação alternativamente aos reis de Castela e Portugal³⁵. A intervenção portuguesa, como a castelhana, não se concretizou de momento; mas de que permanecia em mente são claros

³⁴ Focámos este tema numa comunicação intitulada «Estruturas quasi-feudais na Expansão Portuguesa», apresentada no *I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1986, uma sinopse da mesma apareceu nas respectivas *Actas*, Vol. I, Governo Regional da Madeira, Funchal 1989, pp. 80 & ss.; reservamos para mais tarde a publicação do texto integral, quiçá em livro, dada a sua extensão.

³⁵ Cf. A J. Dias Dinis, O. F. M., «Antecedentes da expansão ultramarina portuguesa — os diplomas pontifícios dos séculos XI a XV», in *Revista Portuguesa de História*, T. X, Coimbra, 1962.

testemunhos as sucessivas bulas de cruzadas para o efeito pedidas por D. Afonso IV e D. Fernando em 1341, 1345, 1355, 1375 e 1377.³⁶

Quer a intenção fosse ocupar efetivamente o território quer vassalizá-lo, como Castela fizera aos reinos de Taifas na Península, quer estabelecer testas de ponte para uma ocupação futura, o projecto de intervenção em Marrocos manteve, devido ao seu significado ideológico, antiguidade e continuidade com a história nacional, um duradouro prestígio — que atravessa os séculos XV e XVI para só morrer com D. Sebastião, nos campos de Alcácer Quibir.³⁷

Várias vezes esboçado mas jamais concretizado — devido por um lado às dificuldades de execução já bem equacionadas por D. Pedro no seu parecer de 1436 sobre o assalto a Tânger³⁸, por outro, a ter tomado entretanto a expansão portuguesa novos rumos, dividindo por outras áreas as atenções, os meios materiais e o cabedal humano —, permaneceu como um «projecto de reserva», quase subterrâneo, com tendência a vir à superfície sempre que as coisas pareciam facilitar-se localmente, ou dificultar-se em outras partes.

Só assim se explica que o tenha ainda defendido Afonso de Albuquerque, no meio do auge triunfal da expansão na Índias, ou Diogo de Gouveia, em Paris em 1527³⁹, ou que o tenha debatido ainda em 1568 Diogo do Couto no seu *Soldado Prático* ⁴⁰.

Esse mesmo prestígio explica, em certa medida, a dificuldade que de início teve a dimensão atlântica da expansão em autonomizar-se como fenómeno *a se*.

É visivelmente nesse projecto quiçá megalómano que se integra a conquista de Ceuta. A própria hesitação entre arrasar a cidade já tomada e ocupá-la definitivamente faz parte da tradição medieval: se Jerba e Mahadiya como vimos, haviam sido ocupadas, a mesma Ceuta em 1234, Salé em 1260, Larache em 1270 e Tetuão em 1400 haviam sido meramente saqueadas.

Este pormenor, só por si, abala seriamente a hipótese de que o móbil de conquista tenha sido a obtenção de um entreposto comercial equiparando a sua função à que seria, volvido um século, a de Malaca ou de Ormuz, indubitavelmente peças de uma rede marítima coerente.

Isso não significa que Ceuta não tivesse um papel económico importante e que a sua posse não interessasse à classe mercantil — pois para além das transacções que aí se podiam efectuar, a sua posse pelos cristãos ou simplesmente a sua não posse pelos Mouros, conferia à navegação de comércio pelo estreito de Gibraltar e às pescas em todo o golfo das Éguas muito maior segurança. Isso explica que os mercadores de Lisboa e Porto tenham cedido de bom grado os seus navios para transportar tropas para a conquista; e que em 1437, quando após o desastre de

³⁶ O texto das bulas pode ver-se in M. H., 1, na sua ordem cronológica. Cf. o artigo citado na nota anterior.

³⁷ Particularmente significativa deste prestígio é a argumentação desenvolvida no reinado de D. João III contra o abandono das praças marroquinas. Vide Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III - Abandono ou Permanência?* dissertação de licenciatura policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966 (com transcrição de vários pareceres) Outros pareceres dispersos, in *As Gavetas da Torre do Tombo* (v. 8, Vol. IX, Lisboa, 1971).

³⁸ Não interessa discutir aqui a autenticidade do texto do parecer, apenas conhecido através da recensão de Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, Cap., XIX (Cf. M. H., n.º 1); sejam de D. Pedro sejam de Rui de Pina, os argumentos contra a viabilidade da expansão no Norte de África são ponderosos.

³⁹ Vide Marcel Bataillon, « Le rêve de la conquête de Fès et se sentiment impérial portugais au XVIème siècle », in *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, pp. 85 e ss., F. C. Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1974.

⁴⁰ 3ª. parte, cena IV, pp. 232, ss., ed. M. Rodrigues Lapa, Sá da Costa, Lisboa, 1937. Cf., também, os textos transcritos na *obra cit. supra*, nota 37.

Tânger se discutiu em Cortes o seu abandono (de que ficara como penhor o «Infante Santo» D. Fernando), se tenham oposto à retrocessão os dois portos mercantis de Lisboa e Porto ao lado dos concelhos do Algarve — de quem, obviamente, protegia Ceuta da pirataria moura as costas.⁴¹

A ideia porém de uma pressão burguesa sobre o vedor João Afonso — de quem segundo Zurara partiu a iniciativa do ataque — é uma hipótese gratuita, que nenhum documento confirma. E a recém-revelada Crónica de D. João II de Castela, de Alvar Garcia de Santa Maria (a mais antiga das que referem o caso, em 20 anos anterior à de Zurara)⁴² faz da classe mercantil muito mais a vítima que o autor moral da empresa — pois, coisa que Zurara refere também mas por meias palavras que até aqui ninguém pudera interpretar, para custear a expedição apoderou-se el-Rei de todas as mercadorias e navios disponíveis no reino, explorando durante dois anos por sua própria conta todo o comércio com a Inglaterra e Flandres.

A ideia de que era a obtenção de trigo o móbil essencial da empresa é ainda mais indefensável. David Lopes demonstrou à saciedade que não podiam ser as serranias calcárias do Rife, o celeiro de Marrocos e do Reino — e que o trigo, se abundava era na costa atlântica, mais para sul, sobretudo à volta de Safim, onde os Portugueses, de facto, se haviam de abastecer mais tarde algumas vezes⁴³ E todas as investigações posteriores confirmaram claramente que Ceuta esteve ao longo de todo o domínio português em constante défice cerealífero, obrigando a importar pão do Reino, da Madeira, da Andaluzia, do Marrocos atlântico e até da Flandres⁴⁴.

Só o prestígio de António Sérgio e a necessidade de contrapor algo ao dogma vesgo de uma certa historiografia até há pouco quase oficiosa de que não havia interesses comerciais na expansão explicam que historiadores de valor tenham perdido o seu tempo a empreender nas crónicas a pesca à linha ao burguês e a caçada ao grão de trigo... Assim sucedeu ao romantismo cavaleiresco de Oliveira Martins uma espécie de romantismo estomacal do povo faminto a pedir pão — talvez mais racional, mas não mais documentável...

Convenhamos contudo em que se não pode ir muito longe, pois a documentação para este período é escassa. O principal argumento contra a tese de paternidade burguesa da expedição a Ceuta vem de uma espécie de extrapolação do que sabemos ter-se passado depois⁴⁵. Nos reinados de D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V

⁴¹ Jaime Cortesão viu mais longe que António Sérgio, pois não reduziu o papel de Ceuta de mero entreposto de cereais marroquinos, antes viu nela a chave de dois universos mercantis, o mediterrânico e levantino e o magrebino e sudanês. Para além do seu valor como escala de comércio há, porém, que não esquecer o seu valor estratégico, como testa de ponte para a conquista de Marrocos, ou mesmo para a de Granada e como base o curso marítimo: cf. o artigo de Jacques Heers, *cit. supra*, nota 23.

⁴² *Crónica de Juan de Castilia* (cf. *supra* nota 5), Cap. 367.

⁴³ Ver sobretudo os seus artigos na *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, Vol. III, Barcelos, 1931.

⁴⁴ Vide Manuel Henrique Corte-Real, *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, I. A. C., Centro de Estudos Históricos anexo à Fac. Letras de Lisboa, 1967, e Robert Richard, *Études sur l'histoire des portugais au Maroc, Acta Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra, 1955. Que saibamos a documentação existente no *Corpo Cronológico* da Torre do Tombo sobre a feitoria portuguesa da Sicília, de onde se importava também trigo, está ainda por estudar. O facto de Ceuta não ser, como pensava António Sérgio, a escápula do trigo de Marrocos não impede que a fertilidade de Marrocos em cereais tenha agido como atractivo para a conquista — mas para a conquista territorial e não para a de meros entrepostos litorâneos (vide os textos transcritos na ob. *cit. supra*, nota 37).

⁴⁵ Quer a ideia de prosseguir desde o ano seguinte a conquista territorial do reino de Fez a partir de Ceuta (Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* Livro 1, Cap. 9), quer a de arrasar simplesmente a praça (*idem*, *C.º de Ceuta*, Cap. 97-99), quer a de a utilizar antes como base para a conquista de Granada (v. a carta de D. João I a D. Fernando I de Aragão, 20.X.1415, in M. H., II, n.º 108, pp. 226 e ss.)

(1438-1481), com efeito, tanto quanto podemos auscultar o sentir das várias camadas da população do Reino, é, em geral, a nobreza que se mostra entusiasta das conquistas em Marrocos, enquanto a classe mercadora se lhes mostra hostil. Mesmo sem atribuir a tais oposições um valor absoluto, não deixa de ser notável o facto de que sob a regência de D. Pedro (1439-1449), guindado ao poder pelos concelhos urbanos, em especial Lisboa, se incrementem os descobrimentos marítimos⁴⁶, mas cessem completamente as incursões na Barbaria — para recomeçarem depois que o jovem rei, espicaçado pela nobreza, entra em conflito com o tio e o afasta do poder. A escola historiográfica que fez da tese burguesa e frumentária de António Sérgio um dogma vê-se obrigada a arriscados malabarismos para explicar uma tão completa inversão de posições.

Da parte da classe mercantil o desinteresse é fácil de entender.

Se o papel das praças do Algarve de Além-Mar era menos o de servirem de lugar de troca que o de conferirem segurança à navegação pelo Estreito, o acréscimo de lucros resultante do aumento de segurança decorrente da multiplicação das praças fortes é logicamente decrescente enquanto os encargos crescem, praticamente, na proporção directa do número de praças — pois a sua descontinuidade geográfica não permite que se façam economias de escala. Por isso Ceuta é suficiente e a multiplicação das posições é uma operação antieconómica — sobretudo para as classes que, em homens e dinheiro, suportavam quase todo o peso dos encargos.

Assim haveria de ser até à época de D. João II (1481-1495), em que a política portuguesa na Barbaria sofre nítida inflexão, orientando-se para sul, para o Marrocos atlântico e para uma presença tanto quanto possível pacífica e predominantemente comercial — mas agora num contexto inteiramente novo. Trata-se, com efeito, de obter, para fornecer pelo comércio marítimo às populações da Guiné, os produtos magrebins que tradicionalmente lhes eram fornecidos pelo comércio caravaneiro muçulmano, substituindo, como pitorescamente se tem dito, a caravela à caravana, e obtendo assim, quase na fonte, o ouro, os escravos e os demais produtos do Sudão.

Tal inflexão corresponde à instrumentalização da expansão marroquina, posta agora ao serviço da expansão marítima pela costa de África, numa perfeita inversão da hierarquia de objectivos que, como veremos, vigorava no início⁴⁷. Mas não nos antecipemos, pois esse é precisamente o ponto de chegada da evolução que pretendemos analisar.

parecem pouco compatíveis com a ideia de que o fundamento da empresa fora a obtenção de uma escápula comercial (embora Ceuta também o fosse pelo que a sua tomada *não desagradaria* à classe mercantil). Mas Zurara sublinha (*C.º de Ceuta*, Cap. 101) que enquanto os «fidalgos e outros bons homens haviam grande folgança por ficarem em aquela cidade, sperando que polo bem que em ela fizessem acrescentariam muito mais em suas honras», «outros do povoo tinham as tenções mui contrarias daquesta»; e ao longo de todo o século XV é sobretudo à nobreza que vemos entusiasmada com a aventura marroquina. Para mais pormenores, ver *infra* o estudo «A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos».

⁴⁶ Mais por estímulo às iniciativas de D. Henrique (concessão do quinto das presas e resgates, *Carta Régia de 22.X.1443*, M. H, VIII, 1 n.º 62, p. 107; isenções aos povoadores dos Açores, *Carta Régia de 3.IV.1443*, *ibidem*, n.º 21, p. 43, etc.) que por intervenção directa nas navegações: seja como for o escopo de tal política é patente: desviar de Marrocos as atenções de D. Henrique e criar alternativas viáveis à expansão marroquina que as circunstâncias tomavam indesejável.

⁴⁷ Sobre a política ultramarina de D. João II, especialmente no que concerne a Marrocos, vide os trabalhos citados *supra*, notas 43 e 44; cf. a nossa comunicação «A política ultramarina de D. João II — tentativa de interpretação global» ao Congresso Internacional *Bartolomeu Dias e a sua Época*, Universidade do Porto, Setembro de 1988, reproduzida *infra*.

Até esse momento Marrocos interessa fundamentalmente a nobreza militar. Como em toda a Europa ao longo da baixa Idade Média, a nobreza multiplicara-se em Portugal — e com toda a probabilidade não só em número como em proporção na população total, devido a uma menor mortalidade decorrente do melhor nível de vida e à entrada constante de novos membros por nobilitação⁴⁸. Se as consequências dessa multiplicação — de que a chamada Lei Mental representa, aparentemente, uma tentativa de limitação — juntarmos os efeitos da crise do século XIV⁴⁹ com a rarefacção de mão-de-obra devida à peste negra, e os das próprias transformações sociais, jurídicas e políticas tendentes a limitar-lhe os privilégios e o predomínio social, compreenderemos que no seu seio reinasse um mal-estar latente. Daí, a tendência para a emigração, que alimentou por exemplo as Cruzadas, ou no caso de se lhes não abrir tal porta, um incremento das tensões, degenerando facilmente em conflito. Daí, as guerras arrastadas, inconclusivas, de desgaste, como a dos Cem Anos, a das Duas Rosas, e na Península, as três guerras de D. Fernando com Castela que se prolongam na invasão castelhana de Portugal em 1383-1385, ou na invasão portuguesa de Castela em 1475-1479⁵⁰.

A aventura marroquina oferecia aos nobres uma alternativa interessante: para alguns poucos, cargos públicos, nas praças do Algarve de Além-Mar; para os outros, possibilidades de enriquecerem pela pilhagem — actividade constante, na guerra endémica que aí se vivia⁵¹ — ou de merecerem de el-Rei, em prémio de suas proezas, tenças, comendas e benesses variadas, ou mesmo domínios fundiários se a conquista territorial viesse a concretizar-se. Que tal móbil esteja por detrás da conquista de Ceuta, mostra-o Zurara ao pô-la em relação com a agitação da juventude fidalga após as pazes com Castela em 1410, que lhes cortavam as hipóteses na Península.⁵² Outras fontes como a crónica de Frei João Álvares⁵³ e sobretudo um escrito do próprio rei D. Duarte⁵⁴ mostram que a intenção da Realeza foi, em boa parte, desviar para Marrocos essa turbulência latente, pondo-a ao

⁴⁸ Dai as tentativas da realeza, desde D. Dinis, para reservar a si a nobilitação de novos elementos: vide *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, título lxxiii dos cavaleiros como e per quem devem ser feitos e desfeitos» (ed. de Mário Júlio de Almeida Costa, F. Calouste Gulbenkian, pp. 360 e ss., Vol. 1, Lisboa, 1984).

⁴⁹ Vide António Henrique de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV (Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. IV), ed. Presença, Lisboa, 1987.

⁵⁰ Cf., para o nosso país: José Antunes, António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, «Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão», in «Revoltas e Revoluções», I (*Revista de História das Ideias*, n.º 6), pp. 25-160, Universidade de Coimbra, 1984.

⁵¹ O quotidiano de tal guerra endémica aparece claramente retratado na *Crónica de D. Pedro de Meneses e na Crónica de D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, bem assim como nos *Anais de Arzila*, de Bernardo Rodrigues. A ed. crítica da primeira destas três crónicas está em preparação por António Manuel Clemente Lázaro; a da segunda, por Larry King, foi pub. pela Universidade Nova de Lisboa, 1978; a da terceira, por David Lopes, 2 vols., Ac. das Ciências de Lisboa, 1915-1920. Uma ed. fac-similada da ed. de 1793 da primeira (in *Collecção de Livros Inéditos da História Portuguesa*, Vol. 11) foi recentemente pub. pela Universidade do Porto, Comissão Organizadora do Congresso Internacional «Bartolomeu Dias» — *V Centenário da Passagem do Cabo da Boa Esperança*, 1988.

⁵² Zurara, *Crónica de Ceuta*, Cap. VI, (1ª ed., Lisboa, 1641; única ed. Acessível Francisco Maria Esteves Pereira, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I* composta por Gomes Eanes de Zurara, pub. por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.ºs 368 e 355 do Arquivo Nacional, pur..., Academia das Ciências de Lisboa, 1915).

⁵³ *Tratado da vida e Feitos do muito venturoso S. Infante D. Fernando*, Cap. XII, ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado (Frei João Álvares, *Obras*, Vol. D, Acta Universitatis Conimbricensis, Coimbra, 1960, pp. 17-20).

⁵⁴ Vide *Livros dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, ed. diplomática por João José Alves Dias, Estampa, Lisboa, 1982, pp. 135 e ss. (tb *M. H.*, VI, n.º 48, pp. 94-96).

serviço do Estado e vinculando-a assim à Coroa, o que ao mesmo tempo contribuía para afrouxar no interior do Reino as tensões sociais.

Parece assim ficar claro que, pelas suas motivações como pelo seu carácter, pela sua continuidade com a Reconquista como pela ideologia que a informa, pelo espaço geográfico em que se desenrola, pela base social, a expansão portuguesa em Marrocos antes de D. João II é muito mais um derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna. O seu nexu lógico com a revolução comercial do século XI e com a ascensão da burguesia é mais que tênue. Obviamente, Ceuta não é excepção.

VI

Viremo-nos finalmente para o lado do Atlântico, na quase certeza de aí podermos assistir, enfim, ao nascimento da expansão moderna da Europa.

Sigamos de perto os passos do infante D. Henrique. Não nos embrenharemos em discutir a sua figura, nem a sua mentalidade — que os raros documentos que de seu punho restam, em especial o parecer dado a D. Duarte sobre a oportunidade de conquistar Tânger, revelam ainda bem medieval⁵⁵. Tão-pouco perderemos tempo a cotejar o seu papel com o de seu irmão D. Pedro. A ideia de que foi este o autor material das descobertas (vindo, depois da sua derrota e morte em Alfarrobeira, a ser escrita a favor de D. Henrique, toda a história) é um dos delírios em que tem sido fértil a historiografia portuguesa dos descobrimentos⁵⁶. Mas pode, sem retirar a D. Henrique a autoria material da empresa, que é inegável, atribuir-se a D. Pedro, em maior ou menor grau, a sua autoria moral — uma vez que foi sob a sua regência que se registou o maior avanço geográfico e se conhecem alguns estímulos com que regalou o irmão, ao mesmo tempo que o impedia de partilhar as atenções com a aventura marroquina que de início tanto o atraía⁵⁷. A imputação de responsabilidades é contudo demasiado difícil com os elementos de que dispomos — e como tal, terreno escorregadio, arriscado de pisar.

Baseados sobretudo em Zurara — a única fonte segura de que dispomos — sigamos, pois, as sucessivas fases da actividade henriquina que se inicia com a tomada de Ceuta em que, armado cavaleiro, inicia a vida pública.

De 1415 a 1422 D. Henrique interessa-se já pelo mar e tem, tal como D. Pedro, ao seu serviço uma armada, provavelmente de galés.⁵⁸ A sua actividade é perfeitamente a tradicional: a armada tem por base Ceuta e actua na zona nevrálgica do Estreito, fazendo guerra de corso à navegação muçulmana e provavelmente periódicos ataques às costas de Granada e da Barbaria. E nesse período que inicia o povoamento da Madeira que, como vimos, pouca novidade ainda oferece. Nesse ínterim também se situa o grande cerco de Ceuta, em 1418, que obriga o infante a ir

⁵⁵ *Livro dos Conselhos...* pp. 116 e ss.; M. H., V, n.º 101, pp. 201-204.

⁵⁶ Ver sobretudo a *Introdução*, de José de Bragança à sua ed. da *Crónica da Guiné*, de G. E. de Zurara, Liv.* Civilização, Porto 1937; cf. Júlio Gonçalves, *O Infante D. Pedro as «Sete Partidas» e a Génese dos Descobrimientos*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1955. Estas teorias brigam frontalmente com um documento tão indiscutível como a Carta Régia de 1443 (cf. *supra*, nota 46), passada pelo próprio regente D. Pedro, que atribui a D. Henrique a iniciativa e organização dos primeiros descobrimentos.

⁵⁷ Cf. *supra*, nota 46, e *infra*, nota 71.

⁵⁸ D. Henrique estava desde 1416 encarregue da defesa e provimentos de Ceuta, o que implicava o controlo da actividade corsária portuguesa na área do Estreito (carta régia de 18.11.1416, M. H., II, n.º 116, p. 240-241). Sabe-se que tanto ele como D. Pedro tinham ao seu serviço navios corsários, visto D. Duarte ao subir ao trono os isentar do pagamento do quinto das presas devido à Coroa (numa adaptação do princípio do direito muçulmano que reserva ao califa o quinto de todo o saque): vide cartas régias de 25.IX.1433 e 6.XI.1433, M. H., IV, n.º 79, p. 266, e n.º 88, p. 281, respectivamente.

em seu socorro e lhe dá, provavelmente, a noção da dificuldade do ataque frontal a Marrocos.

Por 1422 começa a tentar uma manobra de envolvimento, enviando navios (provavelmente destacados da sua armada corsária) para o Sul, com a missão de ultrapassarem o limite tradicional da navegação cristã no Atlântico, o cabo Bojador. Durante 12 anos⁵⁹ as tentativas falham mas o infante persiste — e é talvez o momento em que a sua acção é mais decisiva. Falham devido a certos medos e lendas, mas também por uma razão económica: à aventura na costa ao sul do Bojador que sabem deserta, os homens preferem a actividade tradicional do corso e teimam em ir fazer presas na costa do reino de Granada.⁶⁰

Nesta teima de doze anos entre D. Henrique e seus homens, poderemos ver o choque entre a actividade tradicional e uma concepção integralmente moderna? A resposta está, evidentemente, nos objectivos de D. Henrique. Ora, dos cinco que Zurara lhe atribuiu⁶¹, o primeiro, a curiosidade geográfica, é vago e genérico e como tal, desprovido de significado preciso; podemos entroncá-lo naquele interesse pelo real, pelo concreto, a que aludimos já, ligado ao aristotelismo e ao naturalismo experimentalista dos Franciscanos, de São Boaventura a Rogério Bacon — atitude mental que remonta à escola de Chartres no século XII e que não se pode também considerar inovadora⁶². Duas razões ligam-se directamente à guerra da Barbaria: tomar o pulso ao poderio militar mourisco, vendo até onde se estendia a retaguarda religiosamente solidária com a frente, e entrar em contacto com o Preste João para com ele fazer a aliança antimuçulmana já de há um século propugnada por Marino Sanudo, Guilherme Adam e Jourdain de Séverac⁶³. A quinta razão, o desejo de evangelização, é naturalmente inerente ao próprio cristianismo, e tão antigo como ele; apenas o espaço geográfico para que se dirige é inovador. Mas como, ao mesmo tempo, a cristianização representa uma assimilação cultural, uma aproximação política e uma profilaxia da islamização, talvez esse objectivo não seja tão completamente independente da estratégia marroco-cêntrica como à primeira vista possa parecer. E a segunda razão, o desejo de encontrar cristãos com que sem perigo se pudesse comerciar, a mais inovadora e a que mais claramente aponta no sentido do que efetivamente foi a evolução ulterior. E como que a atestar que o intuito era verdadeiramente comercial, aí estão quatro lúcidas linhas de Zurara, a explicar com base no mecanismo da oferta e da procura, que tal comércio se processaria nas condições mais favoráveis para os Portugueses⁶⁴. Mas no seu conjunto, os objectivos

⁵⁹ Zurara, *Crónica da Guiné*, Cap. VIII.

⁶⁰ Idem, *ibidem*.

⁶¹ Idem, *ibidem*, cap. VII.

⁶² Cf. *supra*, nota 15.

⁶³ Cf. o nosso artigo «Preste João», no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. por Luís de Albuquerque, Círculo de Leitores (no prelo) onde se acharão indicações bibliográficas mais pormenorizadas, bem assim como Francisco M. Rogers, *The Quest for Eastern Christian — Travels and Rumor in the Age of Discovery*, Un. of Minnesota Press, Minneapolis, 1962.

⁶⁴ *Crónica da Guiné*, Cap. VII «... se poderiam pera estes reinos trazer muitas mercadarias que se haveriam de bom mercado segundo razão, pois com eles não tratavam outras pessoas destas partes nem doutras nenhuma que sabidas fossem; e que isso mesmo levariam pera lá das que em estes reinos houvesse, cujo tráfego trzeria grande proveito aos naturaes.» É por esse trato ser vantajoso a ambas as partes (cf. *supra* nota 30) que *em principio, deveria ser pacifico*, a alusão ao «grande proveito que trzeria aos naturaes» completa o raciocínio que Zurara começa a desenvolver pouco mais acima: «achando-se em aquelas terras alguma povoação de Cristãos ou alguns taes portos *em que sem perigo podessem navegar...*» Subjacente queda o contraste com os portos muçulmanos onde

de D. Henrique parecem ainda predominantemente centrados na guerra contra os Mouros, pelo que o seu desígnio essencial ao mandar passar o Bojador parece ser uma tentativa de envolvimento de Marrocos pelo sul⁶⁵.

As expedições de 1434, 1435 e 1436 em que se passa efectivamente o Bojador e se atinge a Pedra da Galé não são de corso nem de comércio mas de mero reconhecimento geográfico. Segue-se o hiato correspondente ao regresso do infante a Marrocos para a conquista de Tânger, e a todas as complicações subsequentes — período que vai até 1441 e durante o qual parece ter sido adoptada a caravela, o que pode ser sintoma de que se pensava, logo que possível, retomar o avanço para o Sul.⁶⁶

De 1441 a 1448 estende-se a fase crucial da evolução do fenómeno expansionista: o avanço é rápido para o Sul, já porque o infante, proibido de intervir em Marrocos, não tem mais em que se ocupar, já porque a costa saariana por si mesma convida a que se busquem plagas menos inóspitas. Mas o mais importante é, talvez, a transformação que se dá no próprio carácter da empresa.

As primeiras expedições são, com a única diferença de decorrerem num espaço geográfico novo, idênticas às incursões na costa da Barbaria ou de Granada — o que é facilitado pelo facto de ao longo da costa continuarem a topar com populações islamizadas, que garante, sem sobressaltos de consciência, uma continuidade ideológica com o passado próximo e remoto. Depois, pouco a pouco, esboçam-se contactos pacíficos⁶⁷, e o comércio, senão mais rendoso pelo menos mais seguro que o corso, começa a misturar-se as presas.

Zurara, homem da velha guarda, rejubila mais com estas do que com aquele, comprazendo-se a narrar em pormenor todos aqueles honrados feitos de guerra. O papa, contente, por seu turno abençoou a empresa por letras apostólicas em que sem falar em comércio louva o esforço despendido no combate aos infiéis⁶⁸. O infante D. Pedro, então regente, talvez para estimular o irmão em prosseguir para o Sul e desviá-lo de Marrocos, outorgou-lhe o quinto, que cabia à Coroa, de todas, as presas e resgates — que assim ficam, por então, equiparados às presas e sujeitos ao seu regímen.⁶⁹

Em 1443 surge uma novidade: um particular requer pela primeira vez autorização ao infante para armar um navio para a costa africana.

a rivalidade religiosa periodicamente exacerbada por uma ou outra das partes punha frequentemente em risco o comércio.

⁶⁵ Aparentemente a ideia de lançar expedições de reconhecimento, de fins militares, parece ser mais antiga que a de estabelecer comércio com as populações, já que aquelas se iniciaram por 1422 ao passo que este só foi encetado por 1443, e em circunstâncias por assim dizer fortuitas: fora capturado numa razia em terra o filho de um chefe azenegue (*Crónica da Guiné*, caps. XII-XIII), que prometeu que seu pai daria por si quatro ou cinco escravos negros; foi a pretexto desse resgate que se organizou o primeiro contacto comercial pacífico com as populações saarianas (*ibidem*, Cap. XVI).

⁶⁶ Vice-almirante Gago Coutinho, *A Náutica dos Descobrimentos — Os Descobrimentos Marítimos Vistos por um Navegador*, colectânea de artigos (...) organizada e prefaciada pelo com. Moura Braz, 2 vols., Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1951-1952. Cf. Quirino da Fonseca, *Os Navios do Infante D. Henrique*, Col. Henriquina, Lisboa, 1958.

⁶⁷ *Crónica da Guiné*, Cap. XVI, «como Antão Gonçalves foi fazer o primeiro resgate» — cf. *supra*, nota 65. Parece que foi desta expedição de Antão Gonçalves que o infante 1). Pedro colheu a ideia de «trazer os mouros daquela parte a tratos de mercadoria», pois enviou numa expedição subsequente um homem seu — Gomes Pires, patrão d'El-Rei — com esse objectivo em companhia do mesmo Antão Gonçalves (cf. *idem*, Cap. XXIX).

⁶⁸ Bula, *Illius qui se pro divini*, de Eugénio IV, 19.XII.1442, M. H., VII, n.º 228, pp. 336-337; traduzida por Zurara, *Crónica da Guiné*, cap. XV.

⁶⁹ Carta Régia de 22..1413, cit. *supra*, nota 46. Cf., também, nota 56.

Não era propriamente um burguês, mas um antigo escudeiro do infante nomeado por el-Rei almoxarife de Lagos. Juntaram-se-lhe outros pequenos nobres e um armador de Lagos — mas a expedição, foi mais de corso que de comércio, e os primeiros escravos, que então trouxeram, foram cativados directamente e não comprados.⁷⁰

Na expedição imediata, nesse mesmo ano, nova novidade: participa nela — caso único, ao que sabemos — uma caravela enviada directamente pelo regente D. Pedro.⁷¹ Não é talvez por acaso que a expedição leva por missão «ver se poderia trazer os mouros daquela parte a tratos de mercadoria». Não é ilógico admitir que a iniciativa partira de D. Pedro, que, ligado como sabemos estar às classes mercantis e à população urbana de Lisboa, assim tentava reduzir a empresa a moldes mais favoráveis aos interesses dos grupos que o apoiavam. Mas o sucesso foi diminuto pois ficou-se o negócio pela compra de um só escravo.

A partir do ano imediato de 1444 — que significativamente é aquele em que Nuno Tristão atinge a «terra dos Negros», bem mais interessante, economicamente falando, que a costa saariana — alarga-se o círculo geográfico dos interessados na empresa. De 26 navios que nesse ano zarparam para a Guiné, 14 vão de Lagos, armados pela própria vereação da Câmara, os outros doze de Lisboa e da ilha da Madeira. Armam-nos pequenos nobres e funcionários de Estado: o almoxarife de Ceuta, o ensaiador da moeda, um escudeiro do regente, o donatário do Funchal. A partir daí, um terço dos navios, grosso modo, é do infante, os outros dois terços de particulares⁷².

Estrangeiros, participam nas expedições um cavaleiro alemão e um escudeiro dinamarquês, de passagem ocasional em Portugal; de mercadores não se faz ainda menção⁷³.

1448 representa um marco: o triunfo definitivo do comércio sobre o corso, de que se emancipara aos poucos. Ao longo da costa africana, tudo se reduz por mando do infante a «trautos e avenças de mercadorias».⁷⁴ Aí, infeliz ou felizmente, Zurara cessa a sua narração, parecendo lamentar que se não fizessem já as coisas «por fortaleza nem trabalho de armas»: infelizmente porque não dispomos mais dele como fonte histórica; talvez felizmente, porque assim temos no seu relato a perspectiva de uma época que fenece, não a da nova era que começa mas não o parece interessar. E essa falta de entusiasmo pelos novos tempos que o impede de considerar a história às arrecuas, do presente para o passado, buscando neste as sementes de aquele — o que seria para nós bem mais enganador.

Só em 1448 se pode dizer com verdade que a expansão guineense se separa da marroquina. Os descobrimentos e a exploração comercial das terras descobertas tomam-se uma dimensão a se, uma nova linha de expansão pronta a criar os seus modelos. Das expedições do período imediato, muito menos é o que sabemos, mas esse pouco é significativo. Nos doze anos que medeiam até à morte do infante, sinal indesmentível da nova dimensão da empresa, três inovações fundamentais: surgem os primeiros mercadores italianos, Cadamosto, Usodimare, Antonio da Noli; surge a

⁷⁰ *Crónica da Guiné*, caps. XVIII a XXVI.

⁷¹ *Ibidem*, Cap. XXIX.

⁷² Veja-se um interessante estudo estatístico das condições sociais dos organizadores e comandantes das várias expedições recensadas por Zurara, in Luís Filipe de Oliveira. «A expansão quatrocentista portuguesa: um processo de recomposição social da nobreza», in 1383-1385 e a *Crise Geral...* (cf. *supra*, nota 22) pp. 199-208 B.

⁷³ *Crónica da Guiné*, caps. XVI c XCIV.

⁷⁴ *Ibidem*, Cap. XCVI.

primeira feitoria permanente, em Arguim; surge para a explorar a primeira sociedade comercial. A burguesia, o capitalismo comercial e os seus métodos de organização fazem, manifestamente, a sua aparição. Enxertando-se na modesta planta brotada de outra semente, permitir-lhe-ão, como a mostarda, encher o mundo com os seus ramos... Vinte anos após a morte do infante, com D. João II, ei-la pronta a vassalizar, por seu turno, a empresa marroquina, de que ainda há pouco era mero prolongamento.

VII

O capitalismo parece, pois, ser no tronco da expansão marítima portuguesa um enxerto — um enxerto que, como frequentemente sucede nos bacelos selvagens, lhe permite crescer e produzir fruto, sem contudo apagar totalmente certos caracteres atávicos da raiz.

Daí um certo arcaísmo das instituições e das formas de pensar, que perdura ainda nitidamente ao longo de todo o século XVI e nos ressalta aos olhos quando, por exemplo, comparamos a expansão portuguesa no Índico a uma autêntica expansão burguesa e comercial, como é a da Holanda.

Daí que a figura típica do Império Português seja um tipo híbrido, a que Magalhães Godinho chamou o cavaleiro-mercador — mercador por fora, pelo modo de vida, mas cavaleiro ainda por dentro, na formação e na mentalidade⁷⁵. Híbrido também o Estado, que sem mudar basicamente de estrutura se faz também ele mercador, ao descobrir no comércio uma boa fonte de receitas⁷⁶. Primeiro de forma primária, quase selvagem, como fez D. João I aos mercadores, tomando-lhes as mercadorias para negociar com elas; depois por formas mais elaboradas, tomando aos mercadores antes as técnicas e os modelos de organização do negócio; mas sempre permanecendo bem distinto, na estrutura como na filosofia, da típica república de mercadores que parece existir para servir o comércio — enquanto o Estado mercantilista se serve simplesmente do comércio.

Daí a persistência ou a ressurreição de figuras arcaizantes, como o agente comercial do rei ou o mercador por estatuto, como existiram, por exemplo, na antiga Babilónia. Tais instituições revelar-se-ão mal adequadas ao comércio aberto de mercado — e aí está talvez uma das causas da rápida decadência do Império Português do Oriente logo que concorrenciado por uma adequada organização mercantil como era a V.O.C.⁷⁷

As relações entre a expansão portuguesa e a expansão europeia em geral parecem assim extremamente complexas e subtis — nem meramente externas e acidentais, nem intrínsecas e necessárias, mas, por assim dizer, dialogais.

Na sua eclosão o fenómeno expansionista português parece surgir essencialmente como fenómeno local, embora mergulhe as suas raízes mais profundas naquele crescimento orgânico do Ocidente europeu de que as demais expansões têm também remota origem.

⁷⁵ Vide *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, pp. 211 e ss., Sá da Costa, Lisboa, 1962, conclusão.

⁷⁶ A novidade é mais quantitativa que qualitativa, uma vez que já desde o século XIV, pelo menos, que os reis se dedicavam ao comércio, como forma de obterem liquidez: nomeadamente, sabe-se que D. Fernando possuía doze naus de comércio, que fez entrar na companhia das naus que mandou constituir (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Cap. XCI, pp. 245 e ss., ed. da Liv. Civilização, Porto, 1979).

⁷⁷ Cf. Karl Polanyi e Conrad Arensberg, *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*, Larousse, Paris, 1975.

De fenómeno predominantemente local, logo inflecte para se enxertar no grande tronco do movimento comercial europeu já em curso, por meio de uma tripla ligação: formal, absorvendo o seu saber, adoptando as suas instituições, reformulando-se à imitação dos seus modelos; material, no duplo aspecto comercial e financeiro. No aspecto comercial a expansão portuguesa, na sua nova dimensão mercantil, torna-se economicamente viável porque pode colocar nos mercados europeus os produtos ultramarinos; no financeiro, porque utiliza frequentemente os seus capitais. Esta dupla ligação dá-lhe a possibilidade de sobreviver e prosseguir o seu movimento⁷⁸. A comparação com a expansão chinesa do século XV sob os primeiros Ming, que não pôde efectuar igual enxerto num movimento mais forte, parece elucidativa: permanece fenómeno superficial, destinado a cessar logo que cesse a vontade régia que lhe deu origem.⁷⁹

Ao tornar-se, por esse enxerto, empresa mercantil, a expansão portuguesa aponta à Europa um rumo, rasga-lhe um caminho, fornece-lhe um modelo — e assim, excitando por emulação a sua potencialidade expansiva, serve-lhe finalmente de espoleta.

Creio que aqui nos devemos deter. O que resta por explicar coincide *grosso modo* com o fundo de imponderáveis inerente à contingência do existir humano — que necessariamente queda por compreender em história. A própria análise da génese do fenómeno que nos ocupa aqui nos radica na convicção de que a causalidade em história não é injectiva nem sobrejectiva: causas diferentes podem ter os mesmos efeitos e efeitos distintos resultarem da mesma causa.

Se nos é permitido usar de uma comparação extraída da matemática, diremos que se os problemas que num dado momento se põem a uma sociedade se pudessem pôr em equação, essa equação não seria do tipo $ax + b = 0$, que tem necessariamente uma e uma só raiz. A equação, se existisse, seria antes do tipo da equação de Diofanto ($ax + by = 0$), que admite infinitas soluções. Essa pluralidade de soluções não significa arbitrariedade das raízes: escolhido um valor para x , segue-se para y um só valor possível.

Por esta similitude queremos significar por um lado uma certa arbitrariedade de certas soluções ou, se quisermos, uma certa liberdade na opção hipoteticamente inicial; por outro, a solidariedade entre as diversas soluções que se encontrem para os diversos problemas dessa sociedade no momento: resolvido um de uma forma, fica *ipso facto* limitada a escolha de soluções para os demais.

É por isso que as civilizações, no seu conjunto, e cada um dos subconjuntos que as integram são sistemas ordenados e portanto coerentes em cada momento do tempo, embora em permanente devir — causado pelos novos problemas que se poem e cuja solução se reflecte no equilíbrio do conjunto. Daí a complementariedade entre a perspectiva histórica, diacrónica, e a perspectiva estrutural, sincrónica, virada uma para a análise do devir, outra para a da coerência interna do sistema, pela fixação imaginária da variável tempo.

Assim se compreende também a relação, de carácter dialéctico, entre as infraestruturas materiais e as superestruturas mentais, pois estas devem constantemente adaptar-se aos sucessivos abalos que lhes provocam as

⁷⁸ Cf. Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549) — Contribuição para o Estudo das Origens do Capitalismo Moderno*, 2 vols., Fac. de Letras de Coimbra, 1963-1964.

⁷⁹ Vide, v. g. J. J. L. Duyvendak, *China's Discovery of Africa*, Arthur Probsthain, Londres, 1949; para um enquadramento mais geral na história chinesa, Wolfram Eberhard, *A History of China*, Routledge & Kegan Paul, Londres & Henley, 4. ed., 1977.

transformações daquelas — mas a transformação daquelas não é puramente mecânica visto que o homem intervém escolhendo uma entre as soluções possíveis. Ora o homem responde aos estímulos que o atingem procurando na sua bagagem mental a solução para os novos problemas a resolver. Daí, uma série de paralelismos históricos que podem criar a ilusão de que em história a causas iguais correspondem efeitos iguais. Tais paralelismos podem vir da intervenção de factores não históricos, porque permanentes, como os geográficos; dos arquétipos comuns do inconsciente colectivo; ou, finalmente, da cópia ou importação consciente de modelos, no espaço e no tempo. Essa importação é fácil sobretudo no interior de conjuntos culturais homogêneos e nas civilizações em que há uma consciência explícita da história. Por esse mecanismo, curiosamente, a história motiva a história, Se a hipótese interpretativa geral que acabamos de expor tem alguma verosimilhança, nada mais é necessário para explicar o que ficou por explicar dos rasgos comuns que unem à dos demais povos europeus a expansão portuguesa, fazendo de todas um conjunto.

VIII

Examinados que foram os factos e feitos os considerandos metodológicos que antecedem, podemos agora, recapitulando, esboçar uma conclusão interpretativa. A génese da expansão portuguesa explica-se, em última análise, pela interação de três factores: primeiro, a necessidade de uma reconversão que assegure a sobrevivência a uma nobreza em crise, porque hipertrofiada e porque entalada entre as classes burguesas em ascensão e uma realeza em crescente afirmação; segundo, o desejo de abertura de novas rotas de comércio, que permitam às classes mercantis reinvestir os lucros provenientes do incremento das trocas, no período imediatamente anterior, ao rei e à aristocracia imitá-los e assim garantir a liquidez pela posse de bens móveis; terceiro, a política de afirmação de um Estado nacional que, recém-saído de uma grave crise e dirigido por uma dinastia jovem, intenta por um lado evitar o cerco ou a absorção por um vizinho poderoso, no momento crucial da formação dos grandes espaços políticos, por outro garantir a paz interna, aliviando as tensões sociais e drenando para o exterior a conflitualidade latente própria de uma época de rápida mutação socioeconómica. Destes três factores é o último o mais original, o mais «moderno» e quiçá o que mais poderosamente contribuiu para o sucesso do movimento nos moldes em que veio a prevalecer, evitando que a interação dos dois primeiros se saldasse por mera entropia social ou por uma anarquia de tentativas sem futuro.

Olhados no seu conjunto os três factores que isolámos vêm, se remontarmos no tempo e na lógica da causalidade, a soldar-se de novo numa raiz comum: a revolução demográfica e económica do século XI. A esta se ligam em última análise, quer a crise da nobreza quer o desenvolvimento da burguesia e das cidades, quer a própria eclosão do Estado moderno. Nas suas raízes mais profundas a expansão portuguesa afigura-se-nos assim como fruto do mesmo processo histórico que deu na Idade Média origem às Cruzadas, na Moderna às expansões coloniais de dominante burguesa, estatal e mercantilista, constituindo como que a charneira, o elo histórico, a transição inflectiva entre estas e aquelas. Abstenhamo-nos, contudo, de ver em tais factos o produto necessário das transformações profundas que desde o século XI a sociedade ocidental vinha sofrendo: a existência de vastas regiões europeias que sofreram como as demais tais transformações mas nem por isso se empenharam de forma significativa nem ontem nas Cruzadas nem hoje na aventura colonial parece demonstrar cabalmente que não era a expansão externa a única solução possível

para os problemas do Ocidente. Ademais, entre as Cruzadas e as colonizações modernas há não só uma inflexão geográfica mas um hiato de alguns séculos, que se não explica apenas pela retracção demográfica e económica causada pela Peste Negra e calamidades coevas.

A expansão portuguesa, que nos seus modestos primórdios parece responder sobretudo a uma problemática local e conjuntural, deve ter actuado essencialmente como um exemplo, que, estimulando a emulação ao mesmo tempo que fornecia um modelo, reactivou a opção pela solução expansionista em moldes renovados.

Se do tempo longo passarmos agora ao tempo curto e das causas remotas descermos às causas próximas, e de novo nos reportarmos àqueles três factores que há pouco enunciámos, mais uma vez nos saltará à vista o carácter de fenómeno de transição que a expansão portuguesa apresenta: nela é ainda relevante, como nas Cruzadas, a componente nobiliárquica, despicienda, pelo contrário, nas colonizações modernas; como nestas, contudo, nela é já apreciável o papel directivo e coordenador que cabe ao Estado, cuja falta é em boa parte responsável pelo carácter anarquizante das Cruzadas e, finalmente, pelo seu fracasso.

Numa primeira fase essa função directiva e coordenadora da realeza saldou-se essencialmente por um papel de fiel de balança entre os vários estamentos da nação que, não sem oscilações nem sobressaltos, permitiu um certo compromisso entre os interesses aristocráticos e os burgueses. Numa fase posterior, correspondente ao reinado de D. João II e seguintes, a Coroa, assumindo a direcção e a gestão directa do movimento, assegurou a sua prossecução, continuidade e projecção em espaços cada vez mais longínquos.

Naquela primeira fase a relevância de tal papel directivo é bem ilustrada pelo contraste entre o sucesso de uma «empresa nacional», como é a tomada de Ceuta em 1415, e uma empresa acéfala, como o ataque a Mahadiya 25 anos antes, penosamente combinado entre Génova, que dispunha de poder naval mas carecia de tropas, e os beligerantes da Guerra dos Cem Anos — França e Inglaterra — onde se recrutaram, entre os nobres desempregados devido à trégua então vigente, os cavaleiros combatentes. Na segunda fase foi, sem dúvida, a coordenação do movimento pela realeza que lhe permitiu dirigir-se a terrenos em que, por motivos vários, o seu sucesso era viável, esquecendo gradualmente o *Mare Nostrum* em que a solidez das posições do adversário, o emaranhado dos interesses que se entrechocavam num espaço exíguo e a irredutibilidade ideológica o condenavam de antemão senão à mera entropia bélica pelo menos à luta desgastante, de resultados sempre magros para o volume de cabedais investido.

A Cruzada nacional em Marrocos era, provavelmente, tão impossível como a Cruzada internacional nos Lugares Santos. Foi a custo que a expansão portuguesa se desligou desse projecto e dos arquétipos ideológicos que lhe andavam associados; a bem dizer só se emancipou definitivamente dele ao preço de um desastre como o de Alcácer Qibir. Mas, entretanto, outras frustrações menores haviam estimulado a busca e a opção preferencial por linhas alternativas de expansão, que o futuro havia de demonstrar viáveis.

Modestos, quase imperceptíveis nos seus começos, foram os descobrimentos marítimos que, a partir de 1434, rasgaram os caminhos para que a expansão portuguesa e, mais tarde, a seu exemplo a grande expansão europeia, enveredassem por uma direcção possível — e, por conseguinte, para que boa parte do Ocidente europeu em busca de um novo equilíbrio político, social, económico e mental, retomasse a solução expansionista.

Em todo este processo o papel dos descobrimentos quatrocentistas pode definir-se essencialmente como desbloqueante, talvez sem querer nem dar por isso. Se a Europa em fermentação se assemelhava então à gruta de Éolo, repleta de ventos prontos a soprar sobre os oceanos, os descobrimentos foram o cabo da lança, que, arredando a mole que lhes barrava a saída, lhes permitiu ter livre curso. Eis a razão da escolha do verso de Vergílio que afixamos como mote à cabeça deste arrazoador⁸⁰.

⁸⁰ Publica-se o texto deste estudo tal qual foi redigido em 1983; as notas, porém, foram ajuntadas em 1988 e contêm por isso indicações bibliográficas mais actualizadas.